

Gerdau: entendimento deve ser com governos

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

O diretor-presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, concordou ontem, em Porto Alegre, com a afirmação do presidente do Bank of America, Samuel Armacost, de que o Brasil precisa iniciar renegociações mais amplas de sua dívida externa e não continuar com a tática de negociações anuais, para não "traumatizar" o mercado financeiro internacional. Gerdau Johannpeter disse que, até aqui, o Brasil vem renegociando sua dívida basicamente para resolver um problema de liquidez, mas que, "numa segunda etapa, é preciso encontrar um caminho para a renegociação política, de governo a governo".

A proposta de Armacost, de que essa renegociação ampla envolva as diversas instituições financeiras que participam das negociações da dívida, para que o País não seja submetido a uma política meramente ditada pelo Fundo Monetário Internacional, recessiva, esbarra — no entender do empresário —, pelo menos de imediato, num empecilho: as taxas internacionais de juros, que ele considera "irreais" e que estariam provocando o maior problema de liquidez do País.

"As correções que deveriam ser feitas na economia já o foram", enfatizou. "O problema agora são as taxas de juros. A partir daí é que se verá como os organismos internacio-

nais poderão agir. Se a dívida foi gerada por projetos muito otimistas, houve um erro dos dois lados: nosso, pela execução desses projetos; deles, por financiá-los. Nós já estamos pagando pelo nosso erro, mas eles não estão pagando pelo deles."

Gerdau Johannpeter, pensa, até mesmo, que o FMI, ao apresentar suas condições, agiu de acordo com a realidade. "Usou os instrumentos e os recursos disponíveis. Não acho que o FMI esteja certo ou errado. Está dentro da realidade. O que é preciso agora é buscar novos caminhos para a renegociação, que deveria vir já."

Acredita que o Brasil está-se aproximando do cumprimento das metas fixadas na última carta de intenções com o FMI, e que o principal problema, no momento, é a inflação. Na área do governo, defendeu cortes setorializados de gastos públicos como uma maneira mais eficiente de administrar os recursos e também o próprio cumprimento da redução de despesas.

Quanto à inflação, acha que ela ainda será alta neste semestre, mas poderá cair abaixo dos 6% ao mês, no próximo. Na sua opinião, as decisões governamentais vão, necessariamente, produzir esse efeito. A inflação, acrescentou, é um forte empecilho até para a retomada do crescimento econômico e a uma série de outras modificações no quadro geral da economia.